COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ nº 76.483.817/0001-20
COMPANHIA ABERTA
Registro na CVM nº 1431-1
NIRE 41300036535

**CERTIDÃO DA ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Certifico, para os devidos fins, que, no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Curitiba, PR, reuniram-se os membros do Conselho de Administração - CAD, que ao final assinam, para tratar dos assuntos previstos na pauta desta reunião. O Sr. Marcel Martins Malczewski, Presidente do Colegiado, deu boas-vindas a todos e convidou a mim, Karine Satie Yoshioka, para secretariar a reunião.

Dentre outros assuntos, o Conselho de Administração deliberou sobre:

1. Prestação de Fiança Corporativa para 10ª Emissão de Debêntures da Copel Distribuição S.A. - Partes Relacionadas - o Sr. Felipe Gutterres Ramella, Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, acompanhado de sua equipe, informou que, tendo em vista a necessidade de recursos, a Copel Distribuição S.A. realizará a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional. Para tanto, deu início, em abril de 2025, aos trabalhos de contratação de banco para estruturar a operação, consultando instituições financeiras credenciadas para tais estruturas. Explicou que, após negociações formais e diretas, a proposta vencedora foi a apresentada pelo Banco Safra S.A. e pela Caixa Econômica Federal, em sindicato ("Coordenadores"), para realizarem a coordenação, estruturação e distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, em favor da Copel Distribuição, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Companhia, em três séries, sob o rito de registro automático, no mercado de capitais local, de acordo com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.07.2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais leis e regulamentações aplicáveis. Neste contexto, é necessário, conforme as condições solicitadas para realizarmos a emissão: **1. Autorização para a concessão de garantia fidejussória corporativa, no âmbito da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático da Copel Distribuição S.A.** Exame, discussão e votação da proposta de prestação da Fiança (conforme abaixo definido), com a renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e seus incisos e 839, todos do Código Civil, e artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), no âmbito da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries, da Emissora, no montante total de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Lei nº 12.431, de 24 de junho 2011, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), da Resolução CVM 160 e demais disposições legais e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), cujos termos e condições serão descritos no "*Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Três Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da Copel Distribuição S.A.*" a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia, e o agente fiduciário da Emissão, na qualidade de representante dos debenturistas ("Escritura de Emissão" e "Debenturistas", respectivamente). Serão emitidas 3.000.000 (três milhões) de Debêntures, sendo: (i) 1.300.000 (um milhão e trezentas mil)

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ nº 76.483.817/0001-20
COMPANHIA ABERTA
Registro na CVM nº 1431-1
NIRE 41300036535

Debêntures da Primeira Série; (ii) 500.000 (quinhentas mil) Debêntures da Segunda Série; e (iii) 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) Debêntures da Terceira Série, todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais). As debêntures não poderão ser objeto de desmembramento e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos. As debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") terão prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser definida na Escritura de Emissão, e farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (*spread*) a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 0,43% (quarenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). As debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") terão prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser definida na Escritura de Emissão, e farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 0,58% (cinquenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). As debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série") terão prazo de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser definida na Escritura de Emissão, e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente ao maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser apurada no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>), decrescida exponencialmente de um *spread* equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 6,88% (seis inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures Terceira Série") e em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "Remuneração").

2. Delegação de poderes à Diretoria e procuradores da Companhia. Autorização à Diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, e praticar todos os atos necessários à concessão da Fiança (conforme abaixo definido) no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (i) negociar, e praticar todos os atos e celebrar a Escritura de Emissão, o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Três Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da 10ª Emissão da Copel Distribuição S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), com os Coordenadores, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição, de forma a refletir o resultado do processo de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), e outros eventuais documentos ou aditamentos relacionados à Emissão, incluindo a contratação dos demais prestadores de serviço necessários à viabilização da Emissão e da Oferta, estabelecidos na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, o escriturador, o banco liquidante, a agência de classificação de risco, o agente fiduciário da Emissão, o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário, os assessores legais, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), dentre outros; e (ii) ratificar todos os atos já praticados pela Companhia, representada por seus diretores e/ou procuradores, relacionados às deliberações acima. Em seguida, foram

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ nº 76.483.817/0001-20
COMPANHIA ABERTA
Registro na CVM nº 1431-1
NIRE 41300036535

ouvidos os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, que registraram haver discutido e aprovado o assunto em sua 316ª Reunião, de 17.06.2025. **Após análise do assunto e da documentação disponibilizada, que fica sob a guarda do Departamento de Secretaria, considerando recomendação favorável da Diretoria Reunida da Copel (Holding), em sua 2640ª REDIR, de 13.06.2025, e do Comitê de Auditoria Estatutário, conforme acima registrado, o Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas - NPC 0106, deliberou, por unanimidade de votos, sem ressalvas, condicionado à aprovação societária da 10ª Emissão de Debêntures e da realização da Oferta pela Copel Distribuição S.A.: i) aprovar a prestação de garantia fidejussória, na forma de fiança, nos termos dos artigos 818 e seguintes do Código Civil, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures, incluindo quaisquer valores devidos nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, que contempla o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração e todos os seus acessórios, aí incluídos, mas não se limitando, os honorários do agente fiduciário, os encargos moratórios e outros acréscimos, eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelos Debenturistas e/ou pelo agente fiduciário, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e interesses relacionados às Debêntures, à Fiança e à execução da Fiança, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado ou resgate antecipado das debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas” e “Fiança”, respectivamente). ii) autorizar os membros da Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, observadas as condições descritas no item (i) acima, a celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, e praticar todos os atos necessários à concessão da Fiança no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (a) **negociar e celebrar** a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição das Debêntures e demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos à Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) **a contratar**, caso necessário, demais prestadores de serviço necessários à viabilização da Emissão e da Oferta e às Debêntures, incluindo, sem limitação, o escriturador, o banco liquidante, a agência de *rating*, o agente fiduciário da Emissão, os assessores legais, a B3, dentre outros; e iii) **ratificar** todos os atos já praticados pela Companhia, representada por seus diretores e/ou procuradores, relacionados às deliberações acima. -----**

2. Relato Integrado 2024 - o Sr. Vicente Loiacono Neto, Diretor de Governança, Risco e Compliance, acompanhado de sua equipe, apresentou o Relato Integrado Copel 2024, que tem como base a materialidade, a saber: Segurança da População, Satisfação do Cliente, Bem-Estar, Saúde e Segurança para a Força de Trabalho, Compromisso Social, Transformação do Setor de Energia, Desempenho Econômico-Financeiro, Gestão Sustentável de Fornecedores, Gestão de Pessoas, Governança Corporativa e Compromisso Ambiental. Após discutir o assunto e prestados os esclarecimentos solicitados, destacou que as informações contidas no documento foram verificadas e asseguradas pela auditoria externa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - PwC. Em seguida, foram ouvidos os membros do Comitê de Desenvolvimento Sustentável - CDS, que registraram haver discutido o assunto em sua 50ª Reunião, de 16.06.2025, e recomendaram a este Conselho sua aprovação. Após apreciar o assunto, prestados esclarecimentos julgados necessários, considerando recomendação favorável da Diretoria Executiva, emitida em sua 2640ª Reunião, de 13.06.2025, e ouvido o CDS, conforme acima registrado, o Conselho de Administração, por unanimidade, deliberou aprovar o Relato Integrado Copel 2024 nos termos apresentados e conforme minuta que permanece sob a guarda do Departamento de Secretaria, ressaltando que a divulgação do documento às partes interessadas ocorrerá após a emissão da Carta de Asseguração pela auditoria externa PwC. -----

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ nº 76.483.817/0001-20
COMPANHIA ABERTA
Registro na CVM nº 1431-1
NIRE 41300036535

3. Informe de Governança Corporativa 2025 - o Sr. Vicente Loiácono Neto, Diretor de Governança, Risco e Compliance, acompanhado de sua equipe, apresentou o Informe de Governança 2025. Relatou que o documento foi elaborado em conformidade com a Instrução CVM nº 80/2022 e reflete a aderência da Companhia às práticas de governança indicadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas. Destacou ainda que a Companhia aplica basicamente todas as práticas recomendadas. Após apreciar o assunto, prestados esclarecimentos julgados necessários, considerando recomendação favorável da Diretoria Executiva, emitida em sua 2640ª Reunião, de 13.06.2025, o Conselho de Administração, por unanimidade, deliberou aprovar o Informe de Governança 2025 nos termos apresentados e conforme minuta que permanece sob a guarda do Departamento de Secretaria, ressaltando que a divulgação do documento às partes interessadas ocorrerá após a emissão da Carta de Asseguração pela auditoria externa PwC. -----

4. Regimento Interno do Comitê de Relações Institucionais - Foi disponibilizado o Regimento Interno do Comitê de Relações Institucionais - CRI. O presente regimento disciplina o funcionamento do CRI, definindo suas competências, atribuições, responsabilidades e deveres, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia, as regras previstas na legislação ou regulação pertinentes e as boas práticas de governança corporativa. Em seguida, foram ouvidos os membros do CRI, que registraram haver discutido o assunto em sua 1ª Reunião, de 27.05.2025, e recomendaram a este Conselho sua aprovação. Após análise do assunto e da documentação disponibilizada, e ouvido o CRI, conforme acima registrado, o Conselho de Administração deliberou aprovar o Regimento Interno do Comitê de Relações Institucionais conforme apresentado e de acordo com o material que permanece sob a guarda do Departamento de Secretaria. -----

Os demais assuntos tratados nessa reunião foram omitidos nesta certidão, por cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o “caput” do artigo 155 da Lei nº 6.404/76, haja vista dizerem respeito a interesses meramente internos à Companhia, situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no § 1º do artigo 142 da citada Lei.

Presenças: **MARCEL MARTINS MALCZEWSKI** (Presidente); **AUGUSTO CEZAR TAVARES BAIÃO**; **GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR**; **JACILDO LARA MARTINS**; **MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO**; **MOACIR CARLOS BERTOL**; **PEDRO FRANCO SALES**; **RAUL ALMEIDA CADENA**; **VIVIANE ISABELA DE OLIVEIRA MARTINS**; e **KARINE SATIE YOSHIOKA** (Secretária).

KARINE SATIE YOSHIOKA
Secretária de Governança da Copel